

PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond; Iphan, 2007.

**A**o nos depararmos com o livro de Júlio César Medeiros da Silva Pereira estaremos, certamente, diante de uma obra original e atual, apesar dos seis anos de sua elaboração. O autor, Júlio César M. da Silva possui carreira acadêmica na área de História, tendo sido graduado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) no ano de 2004. O título de mestre foi obtido no ano de 2006 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cuja dissertação rendeu a publicação do livro “À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro”. O título de doutor lhe foi concedido no ano de 2011 na Fundação Oswaldo Cruz, sob orientação da Prof<sup>a</sup>.Dr<sup>a</sup>. Lorelai Brilhante Kury, que também é pesquisadora da UERJ.

O autor mantém certa linearidade em sua pesquisa e na produção acadêmica, não se distanciando muito de temas ligados à raça e correlacionados, especialmente no que se refere aos escravos e à instituição da escravidão no ambiente urbano do Rio de Janeiro em fins do século XVIII e início do XIX. Estudos deste mote passaram a gozar de maior prestígio a partir da ressignificação, proposta pelos estudiosos desde a segunda geração dos *Annales*, das fontes e das abordagens históricas de problemas do passado. Neste sentido o trabalho intelectual de Júlio César tem se voltado para uma nova abordagem da escravidão no âmbito urbano do Rio de Janeiro.

Enquanto uma historiografia tradicionalista propõe uma dualidade entre a vivência escrava e a sociedade branca nas zonas rurais do Brasil, fundada da dicotomia Casa Grande *versus* Senzala, Júlio César, que está inserido em outro momento historiográfico, propõe interações complexas entre a vivência dos negros escravos e dos brancos, especialmente – na presente obra – entre os recém chegados e os traficantes. A proposta do autor se fundamenta numa história cultural dos negros que chegavam ao Rio de Janeiro.

Avaliar os traços da cultura africana e as zonas de contato entre a história das práticas culturais e também da história do cotidiano, também se valendo de escritos na

área da microanálise como Philippe Ariès e Carlo Ginzburg. Atualmente o autor participa de um grupo de estudos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o qual se volta para os estudos ligados a “escravidão, raça e saúde”. Tal grupo volta-se para as investigações com base na história social da cultura e das ciências, incluindo neste processo os estudos acerca da escravidão e também da saúde.

Em se tratando do grupo de pesquisa no qual o autor se insere, conta também com a participação de eminentes pesquisadores como Angela Araújo Porto, secretária geral da Associação Nacional de História do Rio de Janeiro. Também está incluso neste grupo, Flávio dos Santos Gomes, professor da UFRJ que trabalha com os quilombos e as populações quilombolas. A orientadora de doutorado do autor do livro, Lorelai Brilhante Kury, participa do grupo. Ainda a professora Regina Célia Lima Xavier, da UFRS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – e também as pesquisadoras da Fundação Oswaldo Cruz, Tania Salgado Pimenta e Kaori Kodama.

Além de todos esses investigadores da área da História, o grupo conta ainda com uma médica especialista em psiquiatria e estudiosa da história da medicina, Ana Maria Galdini Raimundo Oda. O contato com profissionais de outras áreas enriquece o diálogo e a produção historiográfica, ainda assim, as relações entre as diversas tendências de estudos históricos como história social, história cultural ou até mesmo história das mentalidades, podem contribuir largamente para uma abordagem mais abrangente.

O diálogo entre estas áreas do conhecimento histórico mostra-se muito rico e proveitoso para uma abordagem horizontalizada da experiência escravista no Brasil, à medida que proporciona a construção de pontos de intersecção entre a cultura africana trazida para o Brasil pelos escravos – e vivenciada por eles aqui – e a europeia trazida pelos portugueses. Avaliar esses processos de construção da cultura brasileira em sua totalidade é algo virtualmente impossível, muito embora possamos apreender de maneira fragmentária e seletiva alguns desses aspectos – cabe ao historiador selecioná-los. Um desses aspectos que podem ser investigados historicamente é, justamente, o que o autor faz no livro em questão.

Desde o título somos colocados diante de um problema intrigante acerca da gestão da morte em um determinado período histórico que não é, no entanto, precisado no título do livro. De qualquer forma nos leva, diretamente, à problemática central do livro, os enterros feitos à flor da terra no cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro em algum período histórico. Por analogia podemos identificar que neste cemitério os cadáveres dos chamados “pretos novos” eram enterrados à flor da terra, em sepulturas – ou não necessariamente – indignas, fora dos padrões do período.

Partindo dos dados presentes no título e da leitura da introdução, elaborada por José Murilo de Carvalho, podemos refletir acerca de um problema efetivo sobre a morte e as formas que ela assume no Rio de Janeiro oitocentista. Mais ainda, podemos inferir que, de alguma forma ainda não clarificada, esse problema podia estar ligado com as formas de sepultar os pretos novos ou, por outro lado, podem referir-se à simples existência do cemitério. A leitura do livro nos mostra que ambas as proposições são, de algum modo, verdadeiras.

A leitura flui com naturalidade, apesar de ser um texto que contém referências teóricas bem remarcadas. A tendência historiográfica do autor é bem explicitada desde o primeiro capítulo quando Júlio César diz basear-se em metodologias de microanálise, a partir de uma perspectiva da História social e da História das Mentalidades, principalmente no diálogo como Philippe Ariès, Michel Vovelle, Carlo Ginzburg, Mary C.

Karasch, Manolo Florentino, José R. Pinto de Góes e Robert W. Slenes. Com o diálogo com esses autores, Júlio César pode relacionar o micro com o macro, principalmente ao defender sua tese principal acerca da relação entre o funcionamento do cemitério dos pretos novos e o comércio escravista para o Brasil.

O trabalho contém, além de uma análise histórica da questão, uma proposta de aproximação entre a História e a Arqueologia, no entanto, aparece muito mais como uma proposta de trabalho e uma crítica à gestão do patrimônio no Brasil do que propriamente um trabalho empírico de aproximação entre as duas disciplinas. A provocação do autor é bastante corajosa e também muito apropriada, pois traz para a discussão um problema que atinge as áreas tanto da história quanto da arqueologia que é a gestão do patrimônio.

Preservar os locais da memória não é uma prioridade em nosso país e a descoberta da localização exata do cemitério dos pretos novos do Rio de Janeiro, em 1996, não foi algo tratado com a seriedade que pedia tal fato. O autor assume que os estudos acerca deste cemitério especificamente nunca foram tão difundidos, fato que talvez tivesse colaborado para o descaso com relação ao trato do patrimônio arqueológico. O desconhecimento por parte dos estudiosos não justifica, no entanto, tal postura. Também o fato de se tratar de uma propriedade particular colaborou para a impossibilidade de um estudo arqueológico detalhado.

Além de manter uma argumentação totalmente baseada em documentação, com uma escrita fluida, o autor entra em assuntos polêmicos e que nos fazem refletir acerca de questões tais como a gestão do patrimônio e a preservação dos locais de memória em nosso país. Júlio César tece alguns comentários acerca do descaso com os estudos deste mote, propondo algumas possibilidades de pesquisa que aumentariam a precisão das informações e poderiam colaborar para uma visão mais abrangente da escravidão no Rio de Janeiro imperial. É importante buscarmos analisar a escravidão, não como um evento isolado, mas localizado numa rede de relações que foram construídas no Brasil desde o século XVI.

Estudar o cemitério dos pretos novos não significa esforçar-se em traçar a trajetória de uma localidade específica no Rio e Janeiro em algum período de sua história. Mais do que isso, compreender o que significou esse cemitério para os brancos e mais ainda para os negros é uma possibilidade. Outra ainda seria propor uma ligação entre a existência deste local e o comércio negreiro no Atlântico.

Tais esforços foram contemplados por Júlio César neste livro, no sentido que aproxima o cemitério de um contexto mais abrangente e complexo que é, justamente, o da escravidão e do tráfico negreiro. O funcionamento daquele campo-santo está diretamente ligado com o comércio de escravos entre a costa da África e o Brasil e o fim dos registros de sepultamento em 1830 coincide com a criminalização do comércio de escravos, efetivada com um acordo entre o Brasil e a Inglaterra, de modo que tais trocas comerciais deveriam ser extintas. A fiscalização dos navios foi reforçada e a atividade foi conduzida à ilegalidade, de modo que os resquícios de permanência do comércio escravista deviam ser apagados o mais rápido possível.

A leitura atenta da obra nos faz refletir sobre a íntima ligação entre os sepultamentos “à flor da terra” e a intensidade do tráfico negreiro, bem como ao crescimento da cidade do Rio de Janeiro. Os documentos cuidadosamente selecionados e analisados pelo autor mostram que a existência do cemitério, desde 1722, significou uma forma prática e eficiente para descartar os corpos daqueles que morriam tão logo desembar-

cavam no porto do Rio de Janeiro. Os livros de óbitos da freguesia de Santa Rita, presentes no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ) antecipam estatísticas – feitas pelo autor – que comprovam uma ligação muito próxima entre o aumento do tráfico e os sepultamentos.

As análises documentais feitas pelo autor envolvem fontes das mais diversas e a inter-relação proposta entre elas dá conta da problemática do tráfico a partir de documentos eclesiásticos, o que é, por si só, um grande desafio. A edição da obra traz algumas tabelas, gráficos e imagens que são resumos das análises quantitativas das fontes. A iconografia selecionada inclui duas obras do francês Jean-Baptiste Debret, uma representação feita por Hildebrant, em 1814, do largo de Santa Rita, e uma foto atual da capela da santa. O autor também selecionou algumas fotos tiradas a partir do material encontrado nas escavações arqueológicas empreendidas no local, a fim de demonstrar a ligação entre os relatos dos viajantes que descreveram o local com as pesquisas arqueológicas realizadas nos fins do século XX.

Desta forma diríamos com segurança que a análise destas fontes e sua relação são uma motivação a parte para a leitura e análise do livro. As relações propostas entre as diversas tipologias documentais, como iconografia, relatos de viajantes, análises de livros de óbitos, documentação legislativa e eclesiástica, bem como a utilização das descobertas arqueológicas são feitas com muita precisão pelo autor. Além de se mostrar uma escolha importante para os estudos históricos, Júlio César Medeiros da Silva Pereira mostra-se como caro incentivador do que podemos chamar transdisciplinaridade, embora seu objeto de pesquisa tenha sido prejudicado pela falta de incentivos à pesquisa arqueológica engajada.

Aliar estas duas áreas do conhecimento é um desafio que Júlio César, em certo nível pode contemplar. Embora a parte reservada ao diálogo entre história e arqueologia tenha sido relativamente pequena, o autor deixou muito claro suas constatações acerca da precariedade de estudos deste mote em nosso país. Os incentivos restritos, somados à falta de interesse pela preservação destes locais, diminuíram muito a pesquisa arqueológica que contribuiria largamente para as pesquisas históricas sobre o cemitério, o que, de fato, não ocorreu em 1996 e não é mais possível de ser feita devido à ocupação do território.

Talvez o problema sobre a reduzida referência ao diálogo entre história e arqueologia no texto tenha se dado devido ao fato de as falhas nas pesquisas arqueológicas tolherem tal intento. O autor remete-se à existência de um caso semelhante acontecido na ilha de Manhattan com um cemitério cognominado *African Burial Ground* onde eram enterrados escravos e brancos pobres.

O caso do cemitério nova iorquino é bastante diferente do brasileiro, não só pelas pessoas que eram sepultadas ali ou pela forma com que eram tratados os defuntos, mas especialmente pelo tratamento das autoridades com relação àquela descoberta arqueológica. Ressentindo-se da falta de compromisso com a descoberta e com a pesquisa histórica no cemitério dos Pretos Novos, o autor insere no penúltimo capítulo da obra uma brevíssima análise do que ocorreu com o *African Burial Ground*, tomando-o como exemplo. No local daquele campo-santo foi construído um memorial ao em homenagem aos ancestrais dos negros norte-americanos, onde ocorrem palestras e outras atividades culturais.

Júlio César, para todos os efeitos, trata desse tema no terceiro capítulo da obra, que se parece muito com uma conclusão, embora saibamos da existência do quarto capítulo. A propósito, o livro se divide em quatro capítulos, e cada um deles faz parte da

construção de uma linha de raciocínio que discute temáticas ligadas à morte e à sua apreensão, bem como as formas que este evento natural toma dentro de um contexto cultural específico, seja cristão, seja africano. Noticiaremos brevemente o que cada capítulo trata.

No primeiro, intitulado “Religiosidade e morte: lugares fúnebres no Rio de Janeiro dos séculos XVII a XIX” podemos apreender uma reflexão acerca da morte na sociedade cristã, baseada em uma tradição medieval que foi trazida para o Brasil pelos portugueses. Diante desta tradição o autor debate sobre as formas com que o cristianismo entendia a morte e a maneira de lidar com os corpos dos fiéis. Tece, ainda, uma argumentação sobre a inumação intramuros, ou seja, no interior das igrejas, e como essa prática foi paulatinamente abolida.

No segundo capítulo, “O cemitério dos Pretos Novos e o seu entorno”, Júlio César procurou localizar o cemitério na geografia urbana do Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX, chamando a atenção para o crescimento da cidade rumo à freguesia de Santa Rita, local onde ficava o cemitério. Desta forma, mostra as reclamações dos habitantes que se mudaram para a região com relação aos corpos insepultos que povoavam o terreiro do cemitério e traziam grandes males à população. A teoria sanitária dos miasmas é incluída neste capítulo, mostrando como esses corpos desprezados no cemitério podiam trazer males aos habitantes, segundo o discurso do período. Analisa, aqui, documentos do primeiro quartel do século XIX que mostram reiteradas reclamações da população sobre o cemitério.

O terceiro capítulo, “História e arqueologia: revelações e redescobertas” foi reservado ao debate sobre as causas das mortes dos escravos, bem como as principais doenças que acometiam os cativos, seja na viagem transatlântica, seja ao chegar no porto do Rio de Janeiro. O autor faz um levantamento detalhado dos padrões de sexo, idade e também dos tipos de navios que traziam os negros da África, afim de aproximar o funcionamento do cemitério do tráfico negreiro. Por fim trata sobre a precariedade dos estudos arqueológicos no cemitério dos Pretos Novos, justificando, assim, a falta de dados arqueológicos que comprovem os relatos escritos acerca do campo-santo.

O quarto capítulo, “Viver e morrer em África” nos parece um pouco deslocado do contexto, pois vem em último lugar no livro, quando se liga intimamente com o primeiro capítulo que mostra as formas de viver e morrer dos cristãos, bem como as maneiras aceitas ou não de inumação e trato com os mortos. Neste capítulo vemos uma discussão abrangente acerca da cosmovisão dos povos bantófonos, grupo linguístico do qual provinham a maior parte dos escravos. Também trata sobre os portos que enviavam e recebiam os escravos e a relação destes com a proibição do tráfico em 1830.

Desta forma concluímos esta breve análise do livro de Júlio César Medeiros da Silva Pereira, “À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro”. Insistimos que se trata de um trabalho importante para qualquer estudo que se volte para a cidade do Rio de Janeiro entre meados do século XVIII e início do XIX. O autor elaborou um estudo singular e original sobre um cemitério destinado a enterrar escravos recém chegados ao Rio de Janeiro e que funcionou entre 1722 e 1830, mostrando como a existência deste local foi marcada por dicotomias, sejam religiosas, sociais ou até mesmo sanitárias.

Hugo David Gonçalves  
Bolsista de Mestrado Capes-UFG  
E-mail: historia.hugo@gmail.com

